



# A INDÚSTRIA RESPEITA A VIDA

### Abertura oficial



Na manhã de 2 de junho, durante a solenidade de abertura dos trabalhos da Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente 2008, o presidente Paulo Skaf fez questão de ressaltar que o slogan do evento, “a indústria respeita a vida”, não é apenas uma frase de efeito politicamente correta, mas uma afirmação que corresponde à moderna concepção empresarial de desenvolvimento sustentável. “A questão ambiental deve ser trabalhada todos os dias”, observou. “Mas também é interessante abordá-la em momentos específicos como este, para que possamos traçar nossas linhas de ação e refletir sobre o que é relevante”. Skaf destacou a diversidade de eventos que vai marcar a Semana de Meio Ambiente: “Começamos com eventos eco-esportivos no Parque Ecológico Tietê, e tivemos a participação de três mil pessoas. Vamos prosseguir com os debates ao longo destes cinco dias, abraçaremos o Parque Trianon na próxima sexta-feira e, no domingo, dia 8, teremos eventos em todo estado de São Paulo”, enumerou. Outro ponto que Paulo Skaf fez questão de acentuar foi a preocupação com o manejo sustentável da Floresta Amazônica. “Pretendemos fazer um evento lá, no mês de setembro, por ocasião do Dia da Árvore, para discutir as alternativas de atividades econômicas sustentáveis para os 25 milhões de brasileiros que vivem nos estados que compõem a Amazônia Legal”, disse o presidente, acrescentando que “a única maneira de evitar o desmatamento da floresta é oferecer oportunidades para a população local”. O vice-presidente e diretor - titular do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp, Nelson Pereira dos Reis, também enfatizou que a busca pelo desenvolvimento sustentável tem sido constante no meio

industrial: “Esperamos que esta Semana seja profícua e gere contribuições efetivas para a sociedade caminhar na direção correta”, declarou. Walter Lazzarini, que preside o Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp, observou que a expectativa de público para a Semana de Meio Ambiente, contando as atividades que serão realizadas em vários municípios, é de 50 mil pessoas. E acrescentou: “O slogan escolhido para a Semana, ‘a indústria respeita a vida’, é uma profissão de fé desta gestão”. A secretária-adjunta de Meio Ambiente do Município de São Paulo, Leda Aschermann, também participou da solenidade e ressaltou que “o poder público deve intensificar esse relacionamento com a iniciativa privada”. O vice-presidente do Ciesp, José Eduardo Mendes Camargo, aproveitou o momento para salientar que a “consciência ambiental é uma decisão de alma, íntima e humana”.

*Sílvia Lakatos, Agência Indusnet Fiesp.*

*Foto: Kênia Hernandes.*

### Meio Ambiente e a Economia

Mesa Redonda: “Os desafios do crescimento sustentado”



O diretor-adjunto do Departamento de Estudos e Pesquisas Econômicas (Depecon) da Fiesp, Walter Sacca, foi o responsável pela condução dos debates no dia 2 de junho pela manhã. “O chamado primeiro mundo esgotou suas reservas naturais para promover seu desenvolvimento industrial. Hoje, existe uma crescente consciência ambiental nestes países, que, no entanto, não assumem as responsabilidades por esse passivo”, observou Sacca, acrescentando que “as nações desenvolvidas passam a olhar, não sem uma ponta de cobiça, para o patrimônio ambiental brasileiro, que detém uma rica biodiversidade e quase 80% do Aquífero Guarani, a maior reserva de águas

## Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente - de 1 a 8 de junho de 2008

subterrâneas do mundo". O diretor-superintendente da Petroquímica União, Rubens Approbato Machado Jr., o presidente da Sociedade Brasileira de Silvicultura, Rubens Garlipp, e o presidente da Eternit, Elio Martins, foram unânimes em apontar a gestão sustentável de recursos e a obtenção de certificações que atestem a responsabilidade socioambiental como fatores indispensáveis à competitividade das empresas num mundo globalizado e cada vez mais atento às questões ambientais. Os três têm em comum o fato de representarem indústrias de base que estão entre as maiores de seus respectivos setores. Approbato lembrou que o setor petroquímico – sem considerar as indústrias de petróleo e derivados, que em sua concepção se enquadram no setor de energia – responde hoje por 11,3% do PIB industrial (terceira maior participação). Seu crescimento é de 8,4% ao ano (dados baseados no desempenho do período de 1996 a 2007) e, até 2012, deve receber investimentos de cerca de US\$ 20 bilhões. Das 1091 fábricas de produtos químicos de uso industrial instaladas no Brasil, 604 estão no Estado de São Paulo. "Estamos investindo fortemente no uso de recursos renováveis e em medidas que permitam reduzir ainda mais as emissões de CO<sub>2</sub>, que caíram de 6,30 m<sup>3</sup>/t de produto, em 2001, para 3,67 m<sup>3</sup>/t em 2006", salientou o presidente da PQU. Ele também mencionou o Projeto Aquaplo, que deve reduzir a zero o consumo de água potável pelas empresas petroquímicas instaladas no ABC paulista. Garlipp, por sua vez, mostrou que as queimadas provocam 75% das emissões brasileiras de CO<sub>2</sub> e elencou os vários fatores que hoje contribuem para pressionar as empresas a colocarem as questões ambientais no topo de suas agendas: "A globalização da economia e da comunicação ajudou a disseminar informações sobre desmatamento, e a crescente preocupação mundial com as mudanças climáticas leva governos e pessoas a exigirem, cada vez mais, produtos obtidos de maneira sustentável", declarou Garlipp. Ele também ressaltou que "as florestas plantadas ajudam a diminuir a pressão sobre as florestas nativas e suprem a demanda por madeira e outros produtos de origem florestal, que alimentam setores como o de papel e celulose, móveis, madeira serrada e carvão vegetal". Elio Martins, da Eternit, afirmou que o desafio das empresas é transformar as políticas ambientais em cultura. "Não basta traçar as políticas corretas e fazer investimentos, se não houver uma nova consciência, um ganho de cultura", comentou. Ele disse ainda que "os acionistas querem dividendos, mas não podem se expor ao risco de lidar com passivos futuros. Assim, buscar sustentabilidade não é despesa, é investimento", completou.

*Sílvia Lakatos, Agência Indusnet Fiesp.*

### Mesa Redonda: "Meio Ambiente e oportunidades de negócios"



Transformar o desafio ambiental em oportunidades de negócios foi o assunto discutido na segunda mesa-redonda da Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente 2008, em 2 de junho. Para Walter Sacca, diretor-adjunto do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon) da Fiesp e do Ciesp, os riscos que se impõem à sociedade e a urgência de se atingir a sustentabilidade não deixam de ser uma oportunidade para o desenvolvimento de metodologias e processos que diminuam o ritmo de depredação dos recursos naturais. "Toda caminhada começa com o primeiro passo. Na medida em que se estabelece um prêmio para quem preserva o verde, estamos colocando no cálculo da economia algo que não se colocava antes. Já é uma mudança de atitude no caminho correto", destacou Sacca, que conduziu o debate. Questão abordada na mesa-redonda, a necessidade de se diminuir a emissão de gases do efeito estufa foi firmada com o Protocolo de Quioto, em 1997, quando um tratado foi assinado entre países para a redução do depósito de gases no meio ambiente. Pelo primeiro compromisso, os países desenvolvidos (Anexo I) têm como meta reduzir a emissão em 5,2% em relação a 1990, entre 2008 e 2012. Para atingirem a meta de redução e não comprometerem suas economias, o protocolo estabeleceu que parte da meta pudesse ser cumprida por meio de negociações com outros países, como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Dessa forma, países emergentes – como Brasil, China e Índia, que ainda não têm metas de redução definidas pelo acordo – podem ser "anfitriões" de projetos de desenvolvimento limpo e gerar créditos de carbono negociados no mercado internacional. "Do total de créditos gerados durante o ano de 2007, 73% vieram da China. O Brasil respondeu com apenas 6%, número muito próximo da Índia. O nosso potencial é muito grande, e nós temos que explorá-lo", defendeu Álvaro Mendonça, diretor de produtos financeiros e ambientais da BM&F Bovespa. Segundo Mendonça, o total de créditos gerados nos países do MDL (fora do Anexo I) no último ano gira em torno de 13 bilhões de dólares, com 870 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) equivalente. "No mercado primário (de créditos que ainda serão expedidos), em 2007, o preço da tonelada ficou em aproximadamente 16 euros. Esse ano, já estão abrindo na faixa de 17 euros. Há uma progressão, é um estímulo positivo que o

## Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente - de 1 a 8 de junho de 2008

mercado está transmitindo ao Brasil", disse. Além disso, os fundos de carbono europeus demandam grande quantidade de crédito e precisam de novos participantes para que consigam estocar RCEs (Reduções Certificadas de Emissões) para as indústrias desses países, que estão sob restrição de emissão – excelente oportunidade para a oferta brasileira. "Existem aproximadamente 60 fundos de carbono que investiram 7 bilhões de euros em 2005, e estima-se que devam investir 10 milhões de euros em 2008. Os principais *players* desse mercado estão extremamente ansiosos por realizar compras em países como o Brasil", salientou o diretor da BM&F Bovespa. No entanto, para ele, o grande problema que afeta a participação do País no comércio de carbono é a ausência de um marco regulatório sobre os créditos, que gera instabilidade na indústria. "Como esse produto vai ser tributado? Como vou identificá-lo na minha contabilidade? O empresário sério tem que estar preocupado com isso, e também deve se empenhar para criar o marco regulatório", frisou Mendonça. Segundo Hugo Ferraz Penteado, economista-chefe e estrategista do banco ABN Amro Real, mais do que saber aproveitar as oportunidades, é preciso se conscientizar de que o ser humano é a parte vulnerável e totalmente dependente dos recursos naturais. No entanto, a teoria econômica tradicional nunca levou em conta o meio ambiente e as pessoas nos seus modelos matemáticos. Penteado enfatizou a mudança de mentalidade em relação à utilização dos recursos, para que seja possível mudar a atitude e alcançar a sustentabilidade. "Para o economista, uma árvore só tem valor quando é derrubada ao chão, para poder gerar créditos de carbono. Só que tem um problema: existem serviços ecológicos dos quais a humanidade depende que são irreproduzíveis. Há um erro teórico fundamental em assumir que a natureza é inesgotável. É essa situação que nós temos, e é por aí que temos que começar a mudar", alertou o estrategista do ABN Amro Real. Para Walter Lazzarini, presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp, o maior negócio do meio ambiente é a preservação. "Sentimos hoje um aumento da consciência do consumidor, e o cerco está cada vez mais fechado às práticas ambientalmente incorretas", sublinhou. Para ele, as empresas podem explorar nichos de mercado com a produção ecologicamente correta e o desenvolvimento de novos produtos, que identifiquem a necessidade de reduzir o desperdício. Segundo Álvaro Mendonça, da BM&F Bovespa, o potencial do mercado brasileiro para créditos de carbono também se deve, em parte, a essa responsabilidade. "A indústria vive hoje sob uma pressão muito grande dos consumidores. A preocupação ambiental está presente em todos os pontos do planeta. Então, para vender, a empresa tem que ter essa consciência e desenvolver ações para que se apresente de uma forma positiva", completou.

*Mariana Ribeiro, para Agência Indusnet Fiesp.*

### Meio Ambiente e o Agronegócio

Mesa Redonda: "A sustentabilidade do Agronegócio"



O diretor do Departamento de Agronegócio (Deagro) da Fiesp, Benedito da Silva Ferreira, foi enfático durante as discussões, em 2 de junho, durante a realização da Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente 2008, ao rebater críticas de que a produção de biocombustível no Brasil poderia prejudicar o meio ambiente, transformando terras brasileiras em grandes canaviais, ou de que o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro inibiria a produção de alimentos. "É mentira que a produção de etanol vá trazer dificuldades para a produção de alimentos", disse o diretor. Segundo Ferreira existem 106 milhões de hectares de áreas não exploradas no Brasil que podem ser destinadas à agricultura. Ele reforçou ainda que ninguém plantará cana-de-açúcar na Amazônia. Há um consenso, principalmente internacional, de que a produção de etanol invadiria as terras da região amazônica. De acordo com o ex-ministro da agricultura e atual presidente do Conselho de Agronegócio (Cosag) da Fiesp Roberto Rodrigues, é impossível plantar nessa região, pois se trata de uma área gramínea que precisa de um período seco para concentrar o açúcar e produzir o etanol ou a sacarose. "Lá é muito úmido, e não é possível plantar porque não haverá seca nem frio", disse. Outro consenso, que gerou bastante discussão, é de que o cultivo de cana-de-açúcar ocuparia as áreas da pecuária. O Brasil tem hoje 62 milhões de hectares agricultados com todos os produtos. Destes, mais de 6 milhões são ocupados com cana: 3,3 milhões para açúcar e 3,2 milhões para etanol. Ou seja, apenas 5% da área agrícola vão para a produção de etanol, nas quais produzem 20 bilhões de litros/ano. "Dizer que haverá essa substituição é mentira. Os próprios assentamentos do governo geram mais desmatamentos, em comparação aos produtores rurais", observou o diretor do Departamento do Meio Ambiente (DMA) da Fiesp, Nelson Pereira dos Reis.

*Fábio Rocha, Agência Indusnet Fiesp.*

## Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente - de 1 a 8 de junho de 2008

### Mesa Redonda: "Os caminhos do Etanol face aos aspectos socioambientais"

"Temos uma oportunidade extraordinária nas mãos [com o etanol]. O mundo percebeu isso e está colocando barreiras." A declaração é do membro do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp, Maurílio Biagi, durante a mesa-redonda "Os caminhos do etanol face aos aspectos socioambientais", que encerrou, em 2 de junho, o primeiro dia de debates da Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente 2008. Pontos como esse foram explorados tecnicamente pelos debatedores, que compararam o biocombustível do Brasil a seus concorrentes da Europa e dos EUA, demonstrando que o etanol supera os demais biocombustíveis em rendimento, diminuição da poluição e geração de energia. Segundo dados apresentados pelo diretor da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Márcio Nappo, o etanol emite 90% menos gases causadores do aquecimento global que o biocombustível europeu à base de trigo (40%) e de milho norte-americano (20%). "O produto brasileiro tem características que o colocam como o mais competitivo em termos de sustentabilidade", afirmou. No aspecto balanço energético, pesquisas demonstraram que o produto brasileiro é o mais viável para substituir a gasolina. Para cada unidade da fonte fóssil, o biocombustível do Brasil produz 9.3 de energia renovável. Já a proporção de seu concorrente à base de beterraba é de uma unidade fóssil para cada 2.8 renováveis. O trigo é de um para dois e o milho de um para 1.4. Outro fator favorável é o coeficiente de produção da área plantada. Cada hectare de cana-de-açúcar rende sete mil litros. A mesma área em beterraba produz cinco mil litros. O milho quatro mil litros. Some-se ainda à tecnologia brasileira o fato de a cana exigir menos agrotóxicos. "Em relação a outras culturas, ela utiliza baixos índices de agroquímicos pelo fato de ser perene, ou seja, o canavial é renovado a cada cinco ou seis", explica Nappo. Para o diretor - titular do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp, Nelson Pereira dos Reis, a elevação mundial nos preços dos alimentos reflete a maior urbanização do planeta e ao aumento da renda per capita nos países desenvolvidos. Esses fatores, segundo ele, teriam reduzido os estoques e elevado a demanda mundial, pressionando os preços. "Estamos com um nível de estocagem de mais de trinta anos atrás, com destaque para o arroz, o milho e o trigo, o que levou a explosão de preços", alertou. Pereira dos Reis afirmou também que os subsídios dos EUA a produção de milhos é um dos elementos desestabilizadores do mercado mundial de *commodities* agrícolas. Ele pontuou que a redução do protecionismo é essencial para equilibrar a demanda e a oferta globais. "A África, por exemplo, poderia ter uma oportunidade de desenvolver uma agricultura sustentável se houve menos protecionismo, principalmente na União Européia", destacou. O cultivo da cana-de-açúcar para produção de etanol, portanto,

não seria um fator determinante para a inflação, uma vez que apenas 1% da área cultivada no Brasil se destina ao biocombustível. Maurílio Biagi, do Cosema da Fiesp, foi categórico ao dizer que o fato de os países desenvolvidos terem esgotado suas fontes de energia e não possuírem opções renováveis está por trás do argumento que credita ao etanol o aumento no preço dos alimentos. "O Brasil tem 300 milhões de hectares para explorar e será o único país onde o consumidor vai poder escolher na bomba o tipo de combustível que vai usar. Nenhum outro tem esse privilégio", avaliou. Para Luiz Gonzaga Bertelli, diretor do DMA, a diminuição de gases poluentes proporcionada pela substituição de veículos movidos a derivados de petróleo levaria a uma melhora significativa na saúde de moradores de centros urbanos, diminuindo a incidência de doenças respiratórias e cardiovasculares. "Em São Paulo, por exemplo, haveria uma redução de 65% do gás carbônico emitido se a frota fosse operada exclusivamente a álcool. Essa seria a fantástica contribuição dos veículos a biocombustível para a saúde da população", disse Bertelli, baseando-se em estudo da Cetesb.

*Nivaldo Souza, para Agência Indusnet Fiesp.*

### Meio Ambiente e a Infra-estrutura

#### Mesa Redonda: "Desafios do saneamento ambiental"



O desafio de construir infra-estrutura adequada para o Estado em harmonia com as demandas e exigências da sustentabilidade ambiental norteou o debate da mesa-redonda "Desafios do saneamento ambiental", no segundo dia de seminários da Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente. "Não podemos prescindir de obras de infra-estrutura, pois sabemos que isso acaba provocando gargalo no desenvolvimento do País – responsável por gerar riqueza, melhoria das condições de vida da sociedade e mais empregos. Ou seja, essas duas coisas têm que conviver", afirmou Fernando Xavier Ferreira, presidente do Conselho Superior de Infra-Estrutura (Coinfra) da Fiesp. O debate levantou questões-chave para o desenvolvimento do setor de saneamento no País, que carece de investimentos e de regulação. "O segmento, mais ligado à água e esgoto, passou boa parte dos últimos 20 anos buscando seu marco regulatório", apontou Newton de Lima Azevedo, vice-presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib). Em sua opinião, somente com recursos públicos o País

## Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente - de 1 a 8 de junho de 2008

não conseguirá resolver o grave problema da infra-estrutura – levantando outra questão, a da privatização. "É necessário um investimento de 100 bilhões de reais por ano para que o País possa crescer de forma continuada em todos os setores. A área de saneamento precisa de 10% desse total para investir em água e esgoto, se quisermos universalizar esses serviços em 20 anos, o que representa 0,63% do PIB. O setor privado será sempre necessário, porque em 70% disso o governo não terá capacidade de comparecer com os recursos", argumentou. Fernando Xavier Ferreira, que presidiu a mesa-redonda, considerou que o País passa por um crescimento desequilibrado e assimétrico em relação ao que realmente é mais importante para o desenvolvimento sustentável. "Estamos chegando quase a uma linha telefônica celular ou fixa por habitante no Brasil, enquanto só metade da população tem acesso a saneamento básico. Temos aí problemas de organização da legislação, de regulamentação sobre a atribuição dessas responsabilidades, e de falta de recursos investidos para evoluir de maneira adequada", pontuou. Saneamento é uma questão de qualidade de vida, e nesse quesito os números são alarmantes. Segundo dados do Instituto Trata Brasil, levados ao debate pelo diretor executivo Raul Pinho, 53% da população brasileira ainda não tem acesso à rede de coleta e tratamento de esgoto – principal causa de mortalidade infantil no País. Pesquisas do Instituto feitas em parceria com a FGV apontam que 65% das internações de crianças de até 10 anos decorrem da falta de saneamento básico, e o mesmo problema é responsável por 60% da ausência de crianças em sala de aula – outro passivo que está sendo transferido para a educação. "Esses números indicam a quantidade de dinheiro que poderia ser economizada do orçamento da saúde caso as ligações de saneamento fossem feitas. Cada real investido em saneamento representa uma economia de quatro reais em gastos com saúde", disse. Pinho observou que o Brasil investe apenas um terço do necessário no setor: nos últimos quatro anos, o investimento foi de 0,22% do PIB, quando deveria ser de 0,63%. "No ritmo atual, jogando para frente a taxa de crescimento do País, vamos levar 56 anos para atingir a meta do milênio para saneamento – que é reduzir o déficit pela metade. Com a evolução que tínhamos, antes do PAC, levaríamos 112 anos para universalizar os serviços", sublinhou Pinho. Para ele, o Programa de Aceleração do Crescimento do governo na área de saneamento, se for levado adiante, certamente deve antecipar as metas. No entanto, não será suficiente para a universalização da oferta. "Temos que lutar por outras fontes de financiamento e modelos alternativos de concessão, como as PPPs [parcerias público-privadas]". Newton de Lima, da Abdib, concorda, mas chama atenção para outros problemas. "Uma das questões fundamentais para o setor é a gestão. Infelizmente, 70% das concessionárias públicas, principalmente as companhias de saneamento estaduais, têm a despesa maior que a receita. O País precisa de

recursos públicos e privados, mas, sobretudo, de empresas bem geridas. O PAC é bom, mas para o saneamento precisa ser bem entendido. Corremos o risco de colocar dinheiro público nas mãos de maus gestores, sem nenhum controle e acompanhamento", alertou. Para o presidente do Coinfra da Fiesp, Fernando Xavier Ferreira, a defasagem que existe em relação a outros setores mostra que a necessidade de investimento não será resolvida só pela presença do estado. "É importante que se deixem de lado as ideologias e que se privilegie a necessidade que a sociedade tem de ser atendida. Se para isso é preciso privatizar, que se privatize", lançou. "O estado tem que ser regulador. Uma regulamentação feita com seriedade, independência e competência é o poder maior, completou. Segundo Carlos Alberto Rosito, presidente da *Asociación Interamericana de Ingeniería Sanitaria Y Ambiental* (Aidis), no ano-base de 1990, apenas 39% da população tinha acesso a serviço adequado de esgoto, incluindo coleta e afastamento. Já o tratamento andava abaixo de 15% dos esgotos gerados no País. "Para o esgoto, o desafio é bem maior". Para chegarmos ao objetivo de 70%, seria necessário triplicar o ritmo de melhoria da coleta nos próximos anos", observou. O abastecimento da região metropolitana de São Paulo é menos complexo do que a questão do tratamento de esgoto, mas também preocupa. De acordo com o secretário-adjunto de Saneamento e Energia do Estado, Ricardo Toledo Silva, o Plano de Bacias do Alto Tietê (que banha toda a região metropolitana) apresenta dois cenários de evolução da demanda: o tendencial e o induzido, este último levando em consideração medidas de contenção e gestão de demanda, como o Programa de Uso Racional da Água (Pura), da Sabesp. "Hoje temos um perfil de demanda bastante moderado em termos de uso racional, e o controle de perdas têm melhorado bastante. No entanto, ainda assim não podemos dizer que temos um cenário de futuro confortável, porque há uma oferta natural extremamente baixa dentro dos mananciais que servem e que podem ser aproveitados na região", disse. Segundo ele, a Secretaria de Saneamento e Energia tem um programa intenso de tratamento de esgotos, e estão previstos para o período 2007-2011 investimentos de R\$ 7 bilhões em obras para a melhoria da qualidade do efluente final. No entanto, de acordo com o secretário, existe um limite em relação ao quanto se pode trabalhar com ações internas de recuperação de qualidade de água e de contenção de consumo na ponta. "Temos que trabalhar uma perspectiva de futuro buscando novas fontes e novas possibilidades de exploração", explicou. Além disso, conforme o secretário, é preciso encarar os desafios em escala macrometropolitana, já que os acidentes geográficos não se organizam de acordo com a divisão política dos municípios e estados. "Esse é o conceito de macrometrópole – existe uma interligação hídrica muito forte entre as bacias das regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e baixada santista.

## Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente - de 1 a 8 de junho de 2008

Essas regiões criam um grande complexo urbanizado para o qual temos que pensar soluções conjuntas, sem desprezar o binômio água-energia”, enfatizou. José Eduardo Cavalcanti, membro do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp, reforçou a necessidade de se buscar novos mananciais para a região de São Paulo, mas lembrou que o licenciamento ambiental dessas áreas de proteção ambiental é demorado. “Sugerimos um imediato início dos processos de licenciamento, para que esse aspecto já tenha avançado quando houver efetiva necessidade”, apontou. Nesse aspecto, Toledo Silva destacou um progresso importante. “Até 1997, a legislação proibia as redes de esgoto sanitário nas áreas de proteção, porque se supunha um poder indutor de expansão da ocupação. Esse conceito mudou, e hoje permite que se faça provisão adequada de infra-estrutura sanitária onde há expansão da cidade”. Ainda segundo o secretário, no final de 2007 a Secretaria de Meio Ambiente do Estado baixou uma portaria simplificando o processo de licenciamento das intervenções em área de proteção, com recursos para recuperação integrada de habitação de baixa renda e áreas degradadas. Na questão dos resíduos sólidos, o secretário apontou uma iniciativa das Secretarias de Saneamento e de Meio Ambiente que trabalha modelos de viabilidade para estações conjuntas de tratamento de lixo e geração energética. No entanto, há um gargalo regulatório – um impedimento no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) para a queima total do lixo, nos termos do artigo 24 da resolução 316, que dispõe sobre os critérios para funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos. Segundo a portaria, o procedimento só seria permitido se atendidas as metas extremamente exigentes de coleta seletiva prévia. “Só que a queima de ciclo total não necessita que se faça coleta tão ampla, já que os filtros para emissões já são previstos para os casos piores. Não se deveriam impor restrições a um processo que em si mesmo é ambientalmente correto”, observou Ricardo Toledo Silva.

Mariana Ribeiro, para Agência Indusnet Fiesp.

### Mesa Redonda: “Desafios para o setor de transportes”



Se, no passado, governar era abrir estradas, hoje esse conceito evoluiu: abrir estradas continua sendo um desafio imposto a qualquer governante que queira atender às necessidades de

infra-estrutura dos estados e do País, mas essa atividade exige atenção multiplicada aos impactos ambientais e sociais que dela possam se originar. Na mesa-redonda sobre os desafios ambientais para o setor de transportes, ocorrida em 3 de junho, como parte da programação da Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente 2008, Thomaz de Aquino Nogueira Neto, presidente da Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S.A.), e Antonio Mauricio Ferreira Netto, que dirige o Departamento de Revitalização e Modernização Portuária, da Secretaria Especial dos Portos – órgão do governo federal com status de Ministério –, apresentaram suas experiências nos setores que dirigem e deixaram claro que, atualmente, não se pode desconsiderar os aspectos ambientais nas grandes obras de infra-estrutura, desde a fase de elaboração dos projetos até o momento de sua efetiva instalação. “A sustentabilidade dos projetos e sua viabilidade ambiental tornaram-se fatores determinantes”, afirmou Nogueira Neto, que atribui este novo contexto “a uma consciência e participação social crescente”. Além da sociedade civil, entes públicos, como o IBAMA e o Ministério Público, também passaram a exercer uma vigilância mais acirrada. Se, por um lado, são inegáveis os ganhos sociais e ambientais advindos dessa nova mentalidade, também existem ônus excessivos, que poderiam ser mitigados com uma política mais eficiente. Um deles refere-se à necessidade de recorrer a um número imenso de órgãos para a obtenção de licenças ambientais. Além de encarecer o processo – segundo Nogueira Neto, os gastos com meio ambiente respondem por 25% do valor total de uma obra –, essa *via-crucis* pode retardar por vários anos a autorização para um projeto. “Levamos cinco anos para obter a licença prévia para a construção do trecho Sul do Rodoanel Mário Covas”, lembrou o presidente da DERSA. Outra obra importante de infra-estrutura que permanece em compasso de espera em razão da burocracia dos órgãos licenciadores é a duplicação da Rodovia Régis Bittencourt. Tanto Nogueira Neto quanto o representante da Secretaria dos Portos queixaram-se da falta de profissionais técnicos capacitados na área de meio ambiente. E ressaltaram que a necessidade de encontrar caminhos que permitam realizar empreendimentos ao mesmo tempo eficazes e ambientalmente responsáveis tem operado uma profunda mudança de cultura na engenharia nacional: hoje, um dos principais desafios impostos a quem “pensa” essas obras consiste em encontrar meios para não apenas mitigar eventuais impactos, mas também para proporcionar vantagens ambientais. No caso do Rodoanel há vários pontos positivos que merecem ser ressaltados: redução de até 8% nas emissões de poluentes, graças ao melhor fluxo do trânsito; a preservação da área de mananciais; melhores condições para o ordenamento do uso e ocupação do solo; recuperação da vegetação nativa num trecho de 1.016 hectares; e a barreira à ocupação irregular, um dos principais fatores de degradação ambiental e destruição de mananciais.

## Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente - de 1 a 8 de junho de 2008

Com menos de um ano de vida, a Secretaria Especial dos Portos nasceu para dirimir o gargalo do setor portuário brasileiro, apontado pelos especialistas como um entrave às atividades de exportação e importação e importante fator de perda de competitividade do Brasil num cenário de economia globalizada. "Lidamos hoje com o assoreamento progressivo dos portos", informa Antonio Maurício Ferreira Netto, diretor do Departamento de Revitalização e Modernização Portuária. "Estamos num momento em que cresce a movimentação de cargas, como reflexo de um comércio internacional cada vez mais intenso, os navios mostram-se cada vez maiores, mais pesados e mais potentes, e aumenta a necessidade de incremento da segurança na atividade de navegação". Ainda de acordo com Ferreira Netto, desde 1997 uma Resolução Conama determina que as atividades de dragagem e derrocagem em corpos d'água só podem ser realizadas mediante licenciamento ambiental. "Faz parte da missão da Secretaria assegurar a sustentabilidade ambiental na gestão portuária, bem como investir na melhoria das condições gerais de trabalho, especialmente no que se refere à saúde e à segurança", ressalta o especialista. "Assim, estamos buscando uma melhor articulação junto ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de agilizar as ações previstas no Programa de Dragagem dos Portos". Os principais impactos acarretados pelas obras de infra-estrutura portuária dizem respeito à fauna marítima (os animais são afugentados e pode ocorrer a eliminação de *habitats*) e à geração de ruídos e possível comprometimento da qualidade da água. Porém, ultrapassada a fase de realização da obra, surgem vantagens diversas, como a redução do estoque de contaminantes no estuário e a menor exposição dos organismos aquáticos às substâncias contaminantes. Netto também salientou os ganhos sociais e econômicos. Dentre eles, a otimização da economia local, que traz conseqüências benéficas como a geração de empregos e o aumento da arrecadação municipal, a redução do chamado "custo - Brasil" e a melhoria das condições de segurança.

Silvia Lakatos, Agência Indusnet Fiesp.

Mesa Redonda: "Desafios ambientais para o setor de energia"



O Brasil tem o terceiro maior potencial hidrelétrico do planeta, podendo gerar até 260 mil megawatts por ano. Condição que o coloca em posição privilegiada quando o assunto é energia

renovável. Contudo, devido à burocracia para se obter licença ambiental para projetos de geração, apenas 30% da hidroenergia é explorada. A avaliação foi apresentada na terça-feira (3) pelo Banco Mundial na mesa-redonda "Desafios ambientais para o setor de energia", realizada no âmbito d Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente 2008. O Banco indica que o avanço do setor depende de regras claras sobre as responsabilidades das esferas municipal, estadual e federal na avaliação e execução de projetos. "É necessário um esforço bem articulado entre todos os órgãos envolvidos para que haja avanços", afirmou o consultor ambiental da instituição, Alberto Ninio. Para elaborar o documento "Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil: Uma contribuição para o Debate", o Banco Mundial analisou o sistema brasileiro e o de outros sete países, constatando que a legislação brasileira na área de preservação ambiental é a mais moderna da América Latina. O problema é que ela não acompanha o crescimento da demanda por energia. "O sistema de licenciamento tem servido a seu propósito de preservar o meio ambiente. Mas ele não é eficiente em acompanhar o desenvolvimento econômico do país. Verificamos um contraste entre o avanço do setor elétrico (com as privatizações) e a regularização do setor ambiental, que é basicamente a mesma desde a Lei Nacional de Política Ambiental de 1981", avaliou. O Banco Mundial sugere que Estado deve ter olhar estratégico e assumir o papel de fomentador da geração. No mesmo sentido, o gerente de articulação e contingência do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp, Jayme de Setta Filho, disse que "o Estado deve permanecer à frente do planejamento integrado de grandes projetos de geração". Setta ressaltou também que à iniciativa privada cabe adotar programas de eficiência energética e co-geração. Para a diretora executiva da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia (ABCE), Sílvia Calou, a geração hidrelétrica deve ser priorizada para garantir o crescimento econômico. Ela argumenta que alternativas como as fontes solar e eólica são contrapartidas caras e que demandam tecnologia que o país ainda não possui em larga escala. "Temos a possibilidade de aproveitar boa parte da rede hidráulica e em termos de priorização é melhor investir nessa fonte (hidrelétrica) por ela ser mais barata", disse. Em sua exposição, Sílvia Calou observou que a sociedade precisa debater a exploração dos recursos hídricos da região amazônica, definindo o padrão de consumo energético desejado. "A sociedade tem que discutir que custo quer pagar pela energia e que tipo de desenvolvimento quer em termos de país", disse. Segundo ela, há "conservadorismo" quando o tema é a utilização de recursos da Amazônia. "Não há fonte de energia que não tenha reflexo no meio ambiente", enfatizou. Alberto Ninio, do Banco Mundial, reforçou a necessidade de discussão pública, ressaltando a importância de o Estado definir áreas de preservação e um teto para a compensação ambiental

## Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente - de 1 a 8 de junho de 2008

dos projetos de geração. "O Brasil precisa discutir sua matriz energética. É essa matriz 75% hidrelétrica que vai permanecer? Vamos preservar a Amazônia ou queremos termoelétricas (para conservar a floresta)?", indagou. Dados da ABCE apontam que as hidrelétricas instaladas hoje na região emitem 106 milhões de toneladas/ano de CO<sub>2</sub>. Caso fossem substituídas por fontes como a termoelétrica, o montante seria de 280 milhões de toneladas/ano. Para o diretor do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp, Paulo Dallari, a busca por alternativas deve evitar soluções que não considerem a emissão de gases causadores do efeito estufa. "O tempo está curto. Vamos sair da discussão e buscar coisas práticas que não ampliem o aquecimento global", frisou.

*Nivaldo Souza, para Agência Indusnet Fiesp.*

### Painel: "Desafios ambientais para a infra-estrutura"

Em um dia inteiramente dedicado a discutir questões de infra-estrutura dentro de uma perspectiva ambiental, os participantes da Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente 2008 ouviram, em 3 de junho, as considerações sobre ocupação do solo sem prejuízo do equilíbrio ambiental e da biodiversidade, feitas pelo especialista José Pedro de Oliveira Costa, que integra o Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp. Especialista em Arquitetura Contemporânea, mestre em Planejamento Ambiental pela *University of California* e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, Costa também integra o Conselho da União Internacional Para a Conservação da Natureza, é membro-fundador da Fundação Pró-Natureza e é sócio da Fundação SOS Pró-Mata Atlântica e da Associação de Defesa da Juréia. Com esse amplo currículo em planejamento urbano e meio ambiente, Costa apresentou um painel em que destacou a importância da realização de obras de infra-estrutura que levem em conta as peculiaridades ambientais das regiões em que serão instaladas. Como exemplo de engenharia sustentável, ele citou a segunda pista da Rodovia dos Imigrantes, que, ao privilegiar a construção de túneis e de pistas elevadas, permitiu evitar um impacto ambiental negativo, como a interrupção dos corredores ecológicos, na Serra do Mar – que, desde 1991, é declarada Reserva da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Costa também defendeu a importância das reservas legais: "Destruir toda mata nativa de uma região é uma barbearagem difícil de corrigir", comentou, lembrando que a degradação ambiental pode se refletir em tragédias como o deslizamento da encosta da Serra do Mar ocorrida no Município de Cubatão, em 1985. A ocupação ideal, na opinião do especialista, se daria com a adoção de três modelos de uso do solo: a proteção integral de áreas criteriosamente escolhidas, o aproveitamento sustentado de outras e o uso intensivo do restante. "Por ser o detentor de amplas áreas virgens, o Brasil ainda tem o privilégio de poder planejar a ocupação de suas terras", afirmou Costa. O

palestrante levantou um tema polêmico – o crescimento excessivo da população – e ponderou que, se todos os habitantes do planeta conseguissem ter um padrão de consumo nos mesmos patamares dos cidadãos de Primeiro Mundo, já teríamos uma situação insustentável. "Rediscutir hábitos de consumo e pensar numa política habitacional mundial são questões que vão se colocar necessariamente", declarou.

*Silvia Lakatos, Agência Indusnet Fiesp.*

## Meio Ambiente para a Tecnologia e Competitividade

### Painel: "A política de desenvolvimento produtivo e a produção sustentável"

O representante do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior (MDIC), Marcos Otávio Bezerra Prates, apresentou, em 4 de junho, o painel "A política de Desenvolvimento Produtivo e a Produção Sustentável", e expôs projetos para aumentar os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDLs) no País. Previstos no Protocolo de Quioto, os MDLs são mais um ponto a ser reforçado pelo Brasil, segundo Prates. "Atualmente, temos a maior participação na matriz energética mundial (petróleo, carvão mineral, gás natural, biomassa, energia nuclear, energia hidroeétrica), representando 45,1% em energia renovável. Agora precisamos nos desenvolver em atividades de produção limpa e com menor emissão de gases de efeito-estufa", completou. Ainda dentro das ações previstas no protocolo, a redução de emissão de carbono foi citada no encontro. "O Brasil já tem 290 milhões em crédito de carbono, mas para um crescimento responsável é fundamental desenvolver e difundir novas tecnologias que elevem esse número. O incentivo fiscal também reforçaria a sustentabilidade no meio rural, um dos agentes emissores de gases da cadeia produtiva", explicou Prates. Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a demanda global deverá crescer cerca de 50% nos próximos 25 anos, e é possível que haja uma alta de 50% no consumo de proteína animal no planeta. "Se isso acontecer, teremos que aumentar a produção de alimentos provenientes de carne bovina, suína, ovinos, entre outros. E não há como controlar isso. A terra será comprometida. Precisamos encontrar uma solução que seja coletiva", ressaltou o representante do Ministério. Durante a palestra, foram apresentadas ações como linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – que prevêem um fundo de cerca de R\$ 400 milhões destinados a estimular projetos de MDLs – processo de capacitação de empresas para reduzir as emissões de CO<sub>2</sub>, além do desenvolvimento de novas tecnologias que aumentem a eficiência e otimizem a utilização de recursos hídricos.

*Kacy Lin, Agência Indusnet Fiesp.*

## Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente - de 1 a 8 de junho de 2008

Mesa Redonda: "Instrumentos de apoio à produção sustentável"



A articulação entre poder público, iniciativa privada e comunidade científica é crucial para que a inovação tecnológica subsidie o crescimento econômico do Brasil ante os problemas ambientais colocados pelo aquecimento global. Esta foi a conclusão a que chegaram os debatedores da mesa-redonda Instrumentos de Apoio à Produção Sustentável, realizada na quarta-feira (4), no âmbito da Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente 2008. Para o ex-presidente da Academia Brasileira de Ciências, Eduardo Moacyr Krieger, esse trio tem que trabalhar junto quando se trata de problemas de desenvolvimento, que hoje estão baseados em aplicação de conhecimento e inovação. "É isto que faz um país moderno, ou seja, a excelência de interação entre as diferentes partes do sistema de tecnologia", afirmou. Na avaliação do diretor titular do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp, Nelson Pereira dos Reis, a prosperidade econômica é desafiada pelo efeito estufa, que ameaça a todos sem exceção. Para ele, os recursos financeiros do Estado, a avaliação criteriosa da academia e senso prático da indústria serão vitais para a exploração racional dos recursos naturais em benefício da sociedade. "O grande tema para indústria é como ela vai ser competitiva para enfrentar os efeitos da globalização. Nesse aspecto, é fundamental a discussão da inovação, pois a prática do conhecimento é o que vai fazer a diferença daqui para frente. Dentro dessa questão entra a sustentabilidade, ou seja, inovar com qualidade. Queremos prosperidade econômica, desenvolvimento social e preservação do meio ambiente. Quem vai fazer essa combinação vai ser a inovação", avaliou. No mesmo sentido, o diretor titular do Departamento de Competitividade e Tecnologia (Decomtec) da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho, destacou a importância do suporte científico para que o país defenda seus interesses - a exemplo do que vem acontecendo com o etanol. "Muitas vezes fazemos bastante coisa, mas outros países são mais rápidos do que a gente [na divulgação]", criticou. No âmbito dos programas Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), Coelho disse que o setor industrial tem três objetivos: reduzir as emissões de gás carbônico, responsável por 66% do efeito estufa; produção agrosilvopastoril sustentável (compensação do gás metano emitido); melhor desempenho energético e ambiental dos setores produtivo e

infra-estrutura. "Em termos de vantagens comparativas dos projetos ambientais, o Brasil tem condições de ser mais competitivo e de avançar em velocidade maior", assegurou. Já o diretor da Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (Anpei), Olívio Ávila, observou que a difusão da cultura da sustentabilidade entre as empresas pequenas depende do auxílio do Estado, por meio de incentivos para exportação de produtos com maior valor agregado. "É preciso ter direção nas políticas públicas e isso depende da capacidade do governo de aumentar a inovação tecnológica das micro e pequenas empresas", disse.

*Agência Ciesp de Notícias*  
*Nivaldo Souza*

Mesa Redonda: "O meio ambiente nas negociações internacionais de comércio"

Na semana do meio ambiente, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) tem dado destaque às questões envolvendo a sustentabilidade das empresas. No que diz respeito às vendas brasileiras ao exterior, o Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior apresentou uma ferramenta que credencia as exportações brasileiras à União Européia, em especial as do setor químico. Desde junho do ano passado, está em vigor o regulamento sobre o registro, avaliação e autorização de substâncias químicas na União Européia, no qual a indústria química tem obrigação de fornecer dados sobre seus produtos. Atualmente, existem no mercado cerca de cem mil substâncias químicas introduzidas antes de 1981, sobre as quais, segundo os formuladores da nova política, têm-se pouco ou nenhuma informação quanto aos riscos à saúde humana e ao meio ambiente. Para as substâncias introduzidas após 1981 existe, por enquanto, um processo de registro longo e oneroso para os governos dos países europeus, estando registradas cerca de três mil substâncias. Esse processo também foi substituído pelo Reach. A União Européia entendeu que, a partir da implantação do sistema, em ambos os casos, o fabricante deverá ser o responsável pelas informações sobre seus produtos, o que inclui a realização de testes demonstrando que são seguros.

*Fabio Rocha, para Agência Indusnet Fiesp.*

Mesa Redonda: "Certificações e barreiras ambientais ao comércio"



No ensejo de uma agenda global cada vez mais focada na preservação do meio ambiente, surge o papel do consumidor e

## Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente - de 1 a 8 de junho de 2008

a preocupação em adquirir "produtos verdes", fabricados com o conceito da sustentabilidade. Ambiente propício para a criação dos chamados *standards* ambientais, ou seja, padrões e normas que resultam em um novo marco regulatório voluntário. As certificações e barreiras ambientais ao comércio foram discutidas por especialistas, no dia 4 de junho, durante a Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente 2008. Por conscientização ou mesmo por pressão dos diversos *stakeholders* – consumidores, clientes, fornecedores e parceiros, ligados à cadeia produtiva –, as empresas tentam buscar um equilíbrio entre preservação ambiental, lucro e competitividade no mercado. "A questão dos selos ambientais introduz um elemento novo no comércio exterior, que é a presença crescente do consumidor. No entanto, do ponto de vista empresarial, a emergência dos *standards* e do marco regulatório voluntário pode levar a excessos", observou o embaixador Rubens Barbosa, presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp. O professor João Paulo Cândia Veiga, do Centro de Estudos e Negociações Internacionais da Universidade de São Paulo, enumerou algumas razões para a emergência das certificações ambientais: a demanda normativa da sociedade, o aumento da eficiência econômica – por exemplo, no manuseio de recursos naturais e no controle de emissão de poluentes – e a estratégia comercial. "Há uma idéia de que o *standard* pode se transformar, do ponto de vista da competitividade de alguns setores, numa barreira de mercado", comentou. O fato de as certificações voluntárias do setor privado poderem funcionar como instrumento de controle de acesso a mercados foi o principal problema apontado pelos debatedores. Para Eduardo Ribeiro, diretor titular adjunto do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Derex) da Fiesp, o excesso de normas aumenta os custos e provoca insegurança nos exportadores brasileiros. "De um lado está a busca pelo lucro, e de outro, o cuidado com o meio ambiente. O Brasil está em uma posição desconfortável, competindo com países que não têm consideração pela questão ambiental", ressaltou. Eduardo Ribeiro também defendeu a exigência da certificação para produtos importados, que devem seguir as mesmas normas impostas à indústria nacional. "Enquanto a regulamentação brasileira é suficientemente rigorosa, a abertura para importação de produtos de outros países que não se preocupam com o meio ambiente não leva em conta a isonomia competitiva. Só com essa medida, vamos eliminar uma quantidade importante da concorrência desleal", afirmou o diretor. Segundo João Paulo Veiga, as negociações ambientais são mais dependentes do papel do setor privado. Para ele, no tema ambiental, o mais importante é a pós-negociação. "É um período em que o setor se adapta, e toma medidas para reestruturação produtiva. A pós-negociação acomoda um lento e tortuoso processo de adequação", apontou o professor da USP. Ele explicou que a abordagem dos

*standards* ambientais é *bottom up*, ou seja, de baixo para cima – no âmbito da chamada governança privada. "O que tem acontecido em muitas empresas é um processo de cooperação entre o setor privado e o terceiro setor, diferentemente do que acontecia no passado, quando as empresas buscavam o marco regulatório definido pelo estado. A partir dessa aproximação nascem os certificados ambientais", disse. Um exemplo é a certificação FSC (*Forest Stewardship Council*), que promove o uso racional das florestas – uma parceria entre organizações ambientais internacionais e a indústria de papel e celulose. Para Laura Tetti, membro do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp, é importante ter uma posição clara de que o comprador pode exigir de seus fornecedores o que ele quiser. "A questão do consumidor é essencial. A certificação, nesse sentido, pode diferenciar o nicho de mercado para determinado perfil, e assim o empresário vende um produto de valor agregado diferenciado", observou. No entanto, para ela, ou a certificação é completamente privada, ou pode criar uma distorção. "Tem que ser um processo comprador-vendedor, não pode ser país-país. Pensar em certificação de produto é mais complicado ainda. Etanol brasileiro certificado? Isso não tem rastreabilidade, não é sério, é só a consolidação de uma medida de discriminação", considerou. Para João Paulo Veiga, da USP, a questão que envolve os *standards* ambientais deveria ter uma resposta mais assertiva do setor industrial. Segundo o professor, em muitos casos as certificações são adotadas no Brasil com referenciais e padrões de outros países, que podem não ser adequados às condições e processos de produção das empresas brasileiras. "As normas internacionais nasceram de um contexto circunstanciado. Tem que haver uma posição mais ofensiva no sentido de definirmos um pouco o enquadramento que nós queremos para esses *standards*, principalmente os ambientais", sugeriu.

Mariana Ribeiro, para Agência Indusnet Fiesp.

## O arcabouço legal e institucional ambiental

Mesa Redonda: "O papel dos Conselhos e a sobreposição de competências entre o poder executivo e legislativo"



O que realmente é atribuição dos Conselhos, e o que deveria ser tratado exclusivamente no âmbito do Legislativo? Será que os marcos legais que hoje

regulam a política nacional de Meio Ambiente correspondem às verdadeiras necessidades do País? Estes foram os assuntos

## Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente - de 1 a 8 de junho de 2008

discutidos em 5 de junho, pelos participantes da Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente 2008, que na parte da manhã realizou ciclo de debates entre representantes do setor ambiental, do Congresso Nacional e da área jurídica. A primeira mesa-redonda abordou "O papel dos Conselhos e a sobreposição de competências entre os poderes Executivo e Legislativo", e foi presidida pelo Ministro Sydney Sanches, presidente do Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos. "A indústria muitas vezes tem se adiantado à própria legislação, realizando projetos ambientais que em nada ficam a dever para o Primeiro Mundo, e que não apenas atendem às exigências da Lei, como até as extrapolam", afirmou Nelson Pereira dos Reis, vice-presidente da Fiesp e diretor titular do Departamento de Meio Ambiente. "No entanto, muitas vezes os empresários são surpreendidos por leis, normas ou portarias, extremamente restritivas e de caráter retroativo, que acabam acarretando inúmeros problemas. As discussões deste dia devem nos fornecer subsídios para que possamos definir uma linha de atuação política", completou Reis. A gerente de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Grace Dallapria, enfatizou que, embora a indústria disponha de inúmeros trabalhos específicos e objetivos de responsabilidade ambiental e compromisso com a sustentabilidade, ainda existe o desafio de protagonizar eficazmente o bem-estar social: "Mesmo acompanhando o movimento social, colocando-se muitas vezes à frente do que os marcos regulatórios estabelecem a indústria ainda não reverteu o perfil equivocado de destruidora do Meio Ambiente", lamentou. O deputado Luciano Pizzatto (DEM-PR), que integra a bancada ambientalista do Congresso, questionou as ações do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). Em sua opinião, as portarias publicadas pelo Conama muitas vezes entram em choque com as atribuições do Poder Legislativo: "Já aconteceu de sermos surpreendidos por uma Portaria baixada pelo Conama tratando justamente do assunto que estamos discutindo na Comissão de Meio Ambiente", comentou o deputado. Ele citou como exemplo a política nacional de resíduos sólidos, que estava sendo analisada pela comissão de meio ambiente do Congresso quando o Conama publicou uma portaria regulatória. "Além disso, vemos o Conama imiscuir-se na questão florestal, que caberia exclusivamente ao Conselho Federal Florestal", acrescentou. Maria Luiza Werneck dos Santos, procuradora do Estado do Rio de Janeiro, também apresentou ponderações quanto às prerrogativas do Conama para impor obrigatoriedades, ou medidas proibitivas, e estabelecer penalidades. "Só a lei pode proibir ou obrigar, e criar situações novas na ordem jurídica", esclareceu a jurista. No entanto, Nilo Diniz, diretor do Conama, defendeu que, em razão de seu caráter paritário – trata-se de um colegiado representativo de cinco setores, ou seja, órgãos federais, estaduais e municipais, setor empresarial e sociedade civil –, o Conselho dispõe efetivamente de condições de regular

matérias ambientais. "Os Conselhos têm uma função social", declarou. Também participaram dos debates o presidente da Comissão do Meio Ambiente da Seccional Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB SP), Carlos Alberto Maluf Sanseverino, e o advogado Gustavo Trindade, curador do Ministério Público.

*Silvia Lakatos, Agência Indusnet Fiesp.*

### Mesa Redonda: "Responsabilidade pós-consumo e as implicações ao setor industrial"



Em 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, a conscientização ambiental do consumidor para adotar medidas adequadas na hora de descartar produtos usados e o papel da indústria na reciclagem de resíduos, assim como leis claras que atribuam responsabilidades a esses atores foram temas debatidos por representantes do poder público e da iniciativa privada, durante a mesa-redonda "Responsabilidade pós-consumo e as implicações ao setor industrial". A discussão, que integrou a Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente 2008, foi definida pelo diretor titular do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp, Nelson Pereira dos Reis, como etapa essencial para assegurar o desenvolvimento sustentável. "Este tema está num estágio de debate bastante intenso em vários fóruns", ressaltou. Para os especialistas, indústria e sociedade têm de adotar postura responsável, privilegiando o princípio de coresponsabilidade. Foi o que defendeu o consultor Rodrigo Sales, da Trench Watanabe Advogados, ao apontar a falta de "visão sistêmica" da legislação como principal problema a ser superado. Segundo Sales, existem hoje 31 projetos de lei sobre o assunto, sendo necessário um esforço coletivo para integração de todos eles numa única lei ampla e moderna que evite conflitos. "A responsabilidade pós-consumo é uma tendência mundial e no Brasil ela precisa de equilíbrio, envolvendo os vários entes da produção, consumo e poder público", avaliou. No mesmo sentido, o presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp, Walter Lazzarini, destacou que as obrigações têm de ter o mesmo peso para os diversos atores envolvidos na cadeia produtiva. "É muito importante que haja responsabilidade definida para todos os setores.

## Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente - de 1 a 8 de junho de 2008

Muitas vezes querem punir algumas áreas e outras não, isso não pode acontecer. Precisamos de um diálogo franco e direto, observando o que é justo e o que é necessário ser feito em termos de responsabilização comum", frisou Lazzarini ao defender a desburocratização do licenciamento ambiental. Uma legislação prática e objetiva é reivindicada pelos próprios industriais, conforme afirmou o ex-ministro da Justiça e atual presidente do Conselho Superior Assuntos Jurídicos e Legislativos da Fiesp, Sydney Sanches. "Os empresários estão empenhados (nas questões ambientais), sobretudo o que participam da Fiesp, e desejam que haja uma uniformização das normas que tratam da responsabilidade socioambiental", afirmou. O engajamento efetivo dos brasileiros é fator determinante para o sucesso de mecanismos de reciclagem que visam diminuir a exploração de recursos naturais e evitar a poluição do meio ambiente, atestam os debatedores. A perspectiva para essa interação é positiva, acredita o presidente da Plastivida, Francisco de Assis Esmeraldo. Para ele, embora a sustentabilidade seja assunto embrionário no Brasil, ela avança rapidamente em vários setores e já determina o comportamento de consumidores. "Nota-se claramente um processo de educação ambiental em andamento na sociedade. A preocupação ambiental passou a ser um diferencial das empresas e a sociedade está se posicionando nessa direção, começando a exigir produtos de fabricantes que estejam alinhados com políticas de sustentabilidade. Isso está se manifestando numa velocidade que se intensifica a cada minuto", avaliou. Já para o representante do Ministério Público, Darcy de Paula Júnior, o maior complicador para adoção de iniciativas pelo cidadão é o fato de o pós-consumo ser indireto, ou seja, a legislação exige apenas que os produtores estejam alinhados com políticas de sustentabilidade. Uma alternativa seria a empresa criar programas de "benefício econômico", como, por exemplo, oferecer desconto na compra de produtos novos a quem entregar um usado. "A legislação precisa atribuir obrigação ao consumidor para que ele faça a disposição adequada dos todos os produtos. Mas essa obrigação deve vir acompanhada de educação e formas de facilitação", disse. Darcy afirmou também que os municípios não têm recursos para recolher adequadamente produtos descartados depois de consumidos. O advogado indicou que as empresas deveriam se aproximar das prefeituras para realizar a coleta eficaz de seus resíduos. "Talvez a grande saída seja integrar a necessidade da indústria de fazer a recuperação de seus bens com os sistemas municipais de coleta e tratamento. Assim, ela poderia tirar do aterro aquilo que pode ser reciclado. A integração desses dois setores é fundamental", afirmou.

*Nivaldo Souza, para Agência Indusnet Fiesp.*

### Responsabilidade socioambiental

Mesa Redonda: "A educação no contexto do desenvolvimento sustentável"



Dos quatro países que compõem o grupo das mais importantes economias emergentes, abrigados sob a sigla

"BRIC", o Brasil é o que amarga os piores índices em educação. Ao contrário da China e da Índia, e até mesmo da Rússia, que nas últimas décadas investiram fortemente na capacitação técnica de suas populações, o Brasil apresenta déficits na formação de profissionais qualificados, sobretudo na área de Exatas, e enfrenta problemas de base, sendo o principal deles o analfabetismo funcional. Os especialistas também apontam a ausência de uma consciência cidadã como um ponto de desvantagem na formação dos brasileiros, especialmente entre os mais jovens. A constatação dessa fragilidade, que contribui para abalar os alicerces da competitividade nacional, motivou a Fiesp a incluir, na programação da Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente 2008, o tema "A Educação no Contexto do Desenvolvimento Sustentável". Participaram dessa mesa-redonda, realizada em 5 de junho, o presidente da Plastivida, Francisco Esmeraldo, a coordenadora de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Valéria Souza, e a advogada Flávia Frangetto, que integra o Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp, além do presidente do Conselho Superior de Responsabilidade Social (Consocial) da Fiesp, Paulo Renato de Souza, e da diretora - titular do Comitê de Responsabilidade Social (Cores), Eliane Belfort. Valéria Souza ressaltou que a educação deve ser pensada em dois conceitos: o formal e o informal. O primeiro é determinado pelo Estado e está pautado pelas determinações constitucionais (que estabelecem a universalidade do acesso à educação como direito básico de todos os cidadãos) e pela Lei de Diretrizes e Bases. A Política Nacional de Educação Ambiental e a Política Estadual de Educação Ambiental dispõem sobre a inclusão da temática ambiental no contexto da educação. "O processo educativo deve estar voltado para o desenvolvimento de habilidades e atitudes básicas para todos os indivíduos", explicou Valéria. "Assim, na escola, deve-se promover o aprendizado de conceitos fundamentais para o convívio social, tais como o respeito ao outro, a atuação em grupo e a cidadania", ressaltou. No que se refere especificamente à educação ambiental, a legislação determina que esta se preste ao "desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio

## Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente - de 1 a 8 de junho de 2008

ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, científicos, culturais". Também tem como objetivos fortalecer e estimular a consciência crítica sobre a problemática ambiental e social e incentivar a participação de todos, de maneira responsável e efetiva, na manutenção de um meio ambiente saudável e equilibrado. Outro ponto destacado por Valéria foi a importância de incluir a questão ambiental na grade curricular não como uma matéria à parte, mas como um conhecimento transversal, que deve ser absorvido de maneira subliminar pelos estudantes ao longo do aprendizado das diversas disciplinas. "A conscientização começa pelo educador, que multiplicará esses conceitos na interação com seus alunos", esclareceu a representante da Secretaria da Educação. Hoje, a rede pública estadual de São Paulo tem seis milhões de crianças e jovens matriculados. Outro ponto levantado por Valéria é que não basta ter um discurso correto se as práticas o desmentem cotidianamente. "Assim, procuramos incentivar situações exemplares nas escolas, com o desenvolvimento de práticas coerentes com aquilo que se pretende ensinar", afirmou.

A experiência da Plastivida – Insituto Socioambiental dos Plásticos, que tem como principal objetivo divulgar o uso ambientalmente correto desse elemento onipresente na vida moderna, foi examinada no contexto das ações educativas que ocorrem à parte do processo formal da educação. Segundo seu presidente, Francisco Esmeraldo, a Plastivida atua em conjunto com outras instituições, como o INP (Instituto Nacional do Plástico), que tem como missões promover o desenvolvimento tecnológico dos plásticos e elaborar normas para a regulação do setor, e a Abief (Associação Brasileiras da Indústrias de Embalagens Flexíveis), que busca disseminar práticas corretas na fabricação de seus produtos. Ainda em fase piloto, o "Programa de Qualidade e Consumo Responsável de Sacolas Plásticas" tem como um de seus principais objetivos estimular a melhoria da qualidade dos produtos. "Maior durabilidade e resistência se traduzem em vida útil mais longa, o que se traduz em reutilização e menor geração de resíduos", explica Esmeraldo, que aponta a possibilidade de reduzir em 30% o consumo de sacolas plásticas com essas medidas. "Isso beneficia a todos, principalmente ao consumidor e ao meio ambiente". Ele lembra, porém, que o sucesso do programa depende da conscientização e do envolvimento dos usuários desses produtos, principalmente varejistas e o consumidor final. Por isso, a partir de junho de 2008, as ações educativas começam a acontecer em vários pontos do município de São Paulo. Haverá promotores a postos para esclarecer dúvidas da população, distribuição de folhetos explicativos e outros materiais de divulgação. "Também faremos merchandising em programas de televisão, anúncios em revistas setoriais e campanhas publicitárias nos canais de TV por assinatura", detalha o presidente da Plastivida. Esmeraldo defende o uso

racional das sacolas plásticas como uma iniciativa mais eficaz para o meio ambiente do que sua brusca substituição por outros materiais. "Pesquisas indicam que 100% das sacolinhas de supermercado voltam a ser utilizadas, sobretudo para o acondicionamento do lixo doméstico", esclareceu, acrescentando que mais de 70% da população acha que as sacolas plásticas são realmente a melhor maneira de transportar as compras.

*Silvia Lakatos, Agência Indusnet Fiesp.*

### Mesa Redonda: "Ações socioambientais das empresas"



O desenvolvimento de ações de sustentabilidade pelo setor produtivo ganhou destaque no dia 5 de junho, na programação da Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente 2008. A mesa-redonda "Ações socioambientais das empresas", comandada pelo presidente do Conselho Superior de Responsabilidade Social (Cores) da Fiesp, Paulo Renato Souza, contou com apresentação de casos de sucesso de indústrias que trabalham o tema há algum tempo. "No final da década de 1980, a Responsabilidade Sócioambiental foi transferida para as empresas, por conta dos efeitos da lógica de mercado", afirmou Eliane Belfort Mattos, diretora - titular do Cores e uma das debatedoras. Ela lembrou que na mesma época algumas empresas brasileiras deram início ao movimento de sustentabilidade, e que a Fiesp trabalha com o tema há pelo menos 16 anos. "O Cores tem como missão transmitir ao industrial paulista a Responsabilidade Social como ferramenta de gestão de negócios", explicou. O membro do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp, André Saraiva, apresentou a experiência da Tamarana Metais, que há oito anos utilizou o Programa de Responsabilidade Ambiental Compartilhada (PRAC), uma ferramenta de gestão ambiental, para desenvolver seu projeto. "As oportunidades nascem do comportamento legal das empresas", destacou. Com base em três pilares de gestão (governança corporativa, responsabilidade sócioambiental e inovação), a Suzano Papel e Celulose conseguiu ser a primeira empresa do setor no mundo a receber a certificação ISO 14001, segundo informações do consultor da empresa e membro do Cores, Daniel Feffer. "Tenho refletido sobre como produzir mais com menos. Precisamos aprender a economizar pelo ser, e não pelo ter".

*Lucas Alves, Agência Indusnet Fiesp*

## Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente - de 1 a 8 de junho de 2008

Mesa Redonda: "Desafios do desenvolvimento sustentável – Perspectivas para o novo milênio"

### Eventos paralelos

#### Toyota conquista Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental com projeto de eficiência energética

A Cosipa, a Unilever, a BSH Continental e a MagnoPack receberam menções honrosas no evento de premiação que faz parte da programação da Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente 2008.



Representando a vencedora Toyota, Roberto Souza Braga (esq.) recebe o troféu das mãos de Walter Lazzarini. À direita, Edivaldo Bassani, da MagnoPack, ganha de José Roberto Ramos Novaes a menção honrosa na categoria Pequenas Empresas.

Com o trabalho "Projetos de Energia Renovável e de Eficiência e Conservação de Energia em Processos Produtivos e Não-Produtivos", a Toyota do Brasil Ltda. foi a vencedora do 14º Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental, realizado em 2 de junho. Também receberam menções honrosas a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), a Unilever Brasil, a BSH Continental e a MagnoPack. O vice-presidente e diretor titular do Departamento de Meio Ambiente (DMA), Nelson Pereira dos Reis, ressaltou a importância desse tipo de premiação, "que reconhece e incentiva as boas práticas ambientais das empresas". Ele lembrou que as indústrias têm se empenhado não apenas em cumprir as exigências da legislação ambiental, mas também em empreender projetos voluntários. Fernando Rei, presidente da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), fez alusões à recente divulgação da lista com as cem empresas que mais emitem CO<sub>2</sub> no Estado de São Paulo. "A indústria paulista deu mostras de grande maturidade e coragem ao apresentar publicamente seus inventários de emissões de CO<sub>2</sub>", declarou, acrescentando que "reconhecer a importância de enfrentar um problema como o aquecimento global é sinal de modernidade, é pensar grande. Infelizmente, esse gesto de coragem da indústria não foi acolhido dessa forma pela imprensa". Rei destacou a importância do Prêmio de Mérito Ambiental: "Premiar as empresas que fazem mais e melhor é motivo de orgulho para todos nós", afirmou. O presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp, Walter Lazzarini, comentou que a participação da Cetesb, na cerimônia de premiação e na comissão julgadora que avaliou os trabalhos das empresas concorrentes, "simboliza a superação de um preconceito que sempre opôs o setor público ao setor privado. Hoje, observa-se uma evolução de ambos", enfatizou. *Silvia Lakatos, Agência Indusnet Fiesp.*

Fotos: Daniel Morell



No dia 6 de junho, último dia da programação de painéis e mesas redondas da Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente 2008, o presidente do Conselho Superior de Estudos Avançados da Fiesp, Ruy Martins Altenfelder Silva, conduziu os trabalhos da mesa que contou, ainda, com a participação do vice-presidente do Conselho Superior de Estudos Avançados da Fiesp, Antonio Penteadó Mendonça, do presidente da Academia Internacional de Direito e Economia, Ney Prado e do presidente executivo da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, Paulo Nassar. Entre os vários assuntos discutidos, destaca-se um aspecto que ganhou relevância estratégica relacionado a comunicação empresarial, que se transformou em um processo educacional e, somente aquelas empresas que incorporarem este processo em suas políticas estratégicas, conseguirão atingir seu público alvo e ter resultados mercadológicos positivos. Sob o ponto de vista do arcabouço institucional e legal, foi salientado que o maior equívoco do país, é que o Governo chamou a si, a responsabilidade exclusiva pela regulação de tudo o que se refere ao meio ambiente. Mais grave ainda, foi deixar a cargo da burocracia estatal o poder de estabelecer as políticas públicas, quando deveria apenas cumprir o que foi estabelecido pelo poder legislativo. Existe consenso sobre a necessidade de se estabelecer um novo modelo, no qual o Estado seja menos regulador, fiscalista, empreendedor (executor) e paternalista (previdenciário), pois embora não se possa prescindir da presença do Estado, sua interferência precisa ser adequada e limitada para o bom funcionamento do sistema.

#### Painel: "QUE PAÍS QUEREMOS"



No dia 6 de junho, o presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp, Walter Lazzarini, apresentou as conclusões das discussões realizadas nos painéis e mesas redondas da Semana

Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente 2008.

## Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente - de 1 a 8 de junho de 2008

### Banco Mundial lança relatório de licenciamento ambiental na Fiesp

“Os resultados do estudo mostram claramente que o licenciamento ambiental do Brasil é um dos mais consolidados nos países em desenvolvimento.” A afirmação de Mark Lundell, coordenador de operações setoriais no Brasil do Banco Mundial, foi feita em 3 de junho, durante o lançamento do *Guia de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil*. De acordo com Lundell, o guia não esgota o assunto, mas oferece subsídios em busca de soluções para o desenvolvimento do País, sem se descuidar do patrimônio ambiental. “Esperamos que ele contribua para promover o diálogo do aprimoramento do sistema e corrija as falhas de planejamento do setor”, pontuou. O diretor titular do DMA da Fiesp, Nelson Pereira dos Reis, afirmou que o estudo deve ser visto como uma contribuição ao debate. “O Brasil tem uma sistemática complexa e multifacetada. Enquanto as regras do licenciamento permanecem inalteradas desde o fim da década de 80, o setor elétrico sofreu intensa alteração”, observa. Ele defendeu ainda a reforma do sistema de licenciamento ambiental, por meio de amplo processo de discussão nacional. Mais informações sobre o Guia estão disponíveis no site <http://www.bancomundial.org.br>.

Lucas Alves, Agência Indusnet Fiesp

### 25 anos do Consema



(da esq. para a direita), O presidente da Fiesp e Ciesp, Paulo Skaf, Nelson Pereira dos Reis, Arthur César Whitaker, Walter Lazzarini, Francisco Graziano e Nicolau Jacob Neto.

A Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) promoveu, em 4 de junho, cerimônia de homenagem aos 25 anos do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema). Os homenageados foram os ex-presidentes, ou seja, os ex-secretários de Estado do Meio Ambiente Paulo Nogueira Neto, José Pedro de Oliveira Costa, Jorge Wilhelm, Alaôr Caffé Alves, Edis Milaré, Fabio Feldmann, Stela Goldstein, Ricardo Trípoli e José Goldemberg. Foram também homenageados Germano Seara Filho, secretário executivo do Consema, Dante Mariutti, 1º representante da Fiesp no Consema, Carlos Bocuhy, representando a bancada ambientalista do Consema, Mario Mantovani, representando a SOS Mata Atlântica, Eduardo Jorge Secretário do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo e Francisco Graziano, atual Secretário de Estado de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Após as homenagens seguiu-se jantar.

### De mãos dadas, população celebra parceria da Fiesp com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente

Industriais, ambientalistas, estudantes, donas-de-casa e moradores de rua: todos se deram as mãos, ao meio-dia, num imenso abraço ao Parque Trianon. O gesto de carinho em torno de uma das mais simbólicas áreas verdes do Município – o Parque tem quase 35 mil metros quadrados de Mata Atlântica preservada, em plena Avenida Paulista – foi organizado pela Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, juntamente com o Sesi-SP, o Senai-SP e o Instituto Roberto Simonsen, para celebrar o início de uma parceria institucional entre a Fiesp e a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município. A parceria, que foi assinada pelo presidente da Fiesp e do Ciesp, Paulo Skaf, e pelo secretário municipal do Meio Ambiente, Eduardo Jorge, prevê uma série de ações voltadas à recuperação do papel social do parque, que, apesar de estar cercado por muitos prédios residenciais e comerciais, ainda é pouco frequentado pela população. Entre os projetos imaginados, incluem-se a elaboração de um catálogo com as árvores do parque, a realização de passeios educativos monitorados, rodas de poesia e outras atividades compatíveis com o local, e a instalação de uma calçada ecológica, que, basicamente, será uma grande floreira colocada do lado externo, para embelezar a fachada e atrair pássaros. Paulo Skaf, que aproveitou a ocasião para plantar uma muda de pau-brasil, a árvore-símbolo do País, destacou o ineditismo do envolvimento das entidades industriais paulistas com a questão ambiental: “Hoje, dentro da Fiesp, temos ambientalistas e industriais sentados lado a lado, em busca de um objetivo comum: a conquista do desenvolvimento econômico, harmonizado com um Meio Ambiente ecologicamente saudável e equilibrado”, observou.

Sílvia Lakatos, Agência Indusnet Fiesp.

Fotos: Kênia Hernandes



### Eventos no Ciesp, Sesi-SP e Senai-SP

Durante a programação da Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente 2008 ocorreram eventos em várias regionais do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), em unidades do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e do Serviço Social da Indústria (Sesi) iniciados em 1º de junho e concluídos em 8 de junho. Os eventos envolveram milhares de pessoas e incluíram caminhadas, corridas, plantio de árvores, ciclo de palestras, seminários e *workshops*. Mais informações sobre os eventos podem ser obtidas nos endereços eletrônicos <http://www.ciesp.org.br/>, <http://www.sesisp.org.br> e <http://www1.sp.senai.br/senaisp/WebForms/default.aspx>.